



## CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

### ATA Nº10/2017

----- Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano dois mil e dezassete, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Pelas dez horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- Antecedendo o Período Antes da Ordem do Dia a Senhora Presidente da Câmara apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor José Pereira Barreira (Anexo A).-----

----- Colocado a votação o Voto de Pesar foi **aprovado por unanimidade** dos presentes.-----

----- Seguiu-se um minuto de silêncio em homenagem a José Pereira Barreira.-----

#### ----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

#### ----- **APROVAÇÃO DE ATAS** -----

----- Não foram presentes atas para aprovação.-----

#### ----- **DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Um milhão, novecentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e nove euros e trinta e cinco cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Duzentos e dez mil, cento e oito euros e setenta cêntimos. -----

#### ----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **ACORDO DE COOPERAÇÃO PELO EMPREENDEDORISMO ENTRE MILLENNIUM BCP E MUNICÍPIO DE RIO MAIOR**-----

----- **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO 2017 – PERÍODO DE 01 A 30 DE ABRIL**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

**----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**

**----- VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO -----**

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por se congratular com o acordo celebrado entre a Câmara Municipal de Rio Maior e o Banco Comercial Português quanto ao microcrédito, considerando uma boa iniciativa, no âmbito de uma intervenção de apoio às pequenas e médias empresas, tendo em vista a alavancagem do tecido económico do município de Rio Maior e também no âmbito das iniciativas que o Centro de Negócio tem vindo a desenvolver. Salientou a importância destas iniciativas de cooperação com instituições financeiras e também ao nível técnico, da academia, da ciências e do ensino superior que podem ajudar as empresas e as organizações locais a desenvolver bom trabalho.-

----- Seguidamente reportou-se às instalações do Instituto da Vinha e do Vinho, em Rio Maior, questionando sobre a recuperação daquele imóvel abandonado e também sobre o que estava previsto quanto à sua utilização futura.-----

----- Também relativamente ao que tem sido noticiado na Comunicação Social sobre a seca em Portugal, questionou se o executivo está a acompanhar este assunto, ao nível do apoio a dar aos agricultores, embora a situação não seja “alarmante é preocupante”, segundo palavras do Senhor Secretário de Estado do Ambiente.-----

----- Deu conhecimento que no mês de agosto se vai realizar-se em Taipé, na China, as “Universiades de Desporto”, ao nível do Ensino Superior, sendo a Riomaioense Susana Feitor que vai chefiar a representação portuguesa. Opinou que constituiu um orgulho para Rio Maior ter uma riomaioense a chefiar a missão portuguesa dos atletas e isso poderá ser aproveitado para levar a mensagem de Rio Maior, o saber e a experiência para que a Susana Feitor possa também continuar a ser uma promotora das infraestruturas desportivas em Rio Maior ao nível do Alto Rendimento.-----

----- Continuou a intervenção questionando para quando estava prevista a inauguração da Galeria Municipal “Feliciano Júnior” e quanto ao seu espólio opinou que a Câmara Municipal de Rio Maior deve intervir de forma firme na aquisição de todo o espólio de António Feliciano Júnior, opinando que, como a Câmara está numa perspectiva de investimento a vários níveis, nomeadamente recuperação do património, da rede viária, dos edifícios escolares, opinou que esta área era crucial, tendo em conta o que foi uma promessa eleitoral dos diversos executivos ao longo dos anos, daquilo que poderia ser o museu municipal da história de Rio Maior e se há memória coletiva que deve ser preservada é a das “nossas vivências” e António Feliciano Júnior tem no seu espólio recursos de muitíssimo valor, daí considerar da maior importância

adquirir o espólio em causa.-----

----- Terminou a intervenção congratulando-se com o ambiente académico que se viveu em Rio Maior protagonizado pela Escola Superior de Desporto, com a queima das fitas, sendo sempre bom olhar para Rio Maior com os alunos de capa e batina e perceber que há um evento e um culminar de um percurso académico que sintetiza um esforço dos jovens e das famílias, com momentos de alegria e de fecho de ciclo, e salientou a realização do cortejo académico, pela primeira vez.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Iniciou a intervenção manifestando a sua congratulação, enquanto riomaiorense, do Daniel Pinto ser candidato às próximas eleições autárquicas pelo PS, opinando que democraticamente Rio Maior fica mais rico quando há confronto de ideias.-----

----- Também se congratulou com a celebração dos acordos de microcrédito celebrados com aquela entidade privada e opinou que devia ser permitido o acesso a mais entidades, dado que este “pequeno” incentivo tem muita importância para todos e esta entidade bancária privada já tinha disponibilizado cerca de trinta e oito mil milhões de euros, possibilitando assim a criação de cinco mil e novecentos postos de trabalho, questionando o executivo se no âmbito da perspetiva de potenciar a acessibilidade a todos, opinando que seria bom que pudessem haver contactos com outras instituições que tenham desenvolvimentos mais próximos na área do concelho, nomeadamente o Montepio, enquanto mutualidade e a Caixa de Crédito Agrícola, enquanto cooperativa, pois como diz o prémio Nobel da Economia “para vencer a paragem, basta vencer o momento de inércia”, e esta é uma área que deve ser incentivada e explorada ao máximo.-----

----- Ainda no uso da palavra solicitou que a Comissão de Trânsito tivesse em atenção a questão de, na cidade, não haver uma única placa identificativa da existência da USF - Unidade de Saúde Familiar, referindo que a questão lhe foi apresentada porque uma viatura do 112 teve dificuldade em encontrar aquela unidade de saúde, pelo que sugeria a colocação de placas informativas na cidade, evitando assim que situações destas se repitam.-----

----- Também questionou, no âmbito da defesa da floresta e da luta contra os incêndios, o que está previsto para o concelho, apesar da existência de um plano distrital e localmente assegurado, mas que ainda assim deve haver garantias de que foram tomadas todas as medidas em tempo útil.-----

----- Questionou para quando estava prevista a limpeza do rio S. Gregório que apesar de no ano transato ter sido limpo se encontra em muito mau estado e considerando que está dentro do perímetro urbano da cidade é da responsabilidade da autarquia.----

----- Questionou qual o ponto da situação da requalificação do troço da EN 114, dado que o mês de junho está próximo. Questionou também para quanto está prevista a requalificação do IC 2, troço que passa pela localidade de Asseiceira, assuntos que considera de extrema importância.-----

----- Continuou a intervenção relevando o cortejo da Escola Superior de Desporto, considerando que tudo o que poder ser feito em prol do Ensino Superior é uma aposta decisiva no futuro e na economia local. Opinou que esta primeira iniciativa significa um enraizamento e referiu a perspetiva do apoio que é preciso colocar para estes estudantes.-----

----- Terminou a intervenção referindo que tomara conhecimento que a Câmara perdera em Tribunal as trinta e cinco horas e tem que repor salários e ficara “descorçoado” e lamentou ter tido conhecimento deste assunto fora da Câmara Municipal, pois na sua opinião, considerava que o devia saber oficialmente, pelo que solicitava informação criteriosa sobre esta matéria.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Sobre a inauguração da galeria e quanto ao espólio do Senhor António Feliciano Júnior informou pormenorizadamente o Vereador Daniel Pinto sobre o ponto da situação.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO**-----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Sobre a questão das trinta e cinco horas informou que o executivo assumira a situação porque considerava que tinha competência para decidir sobre essa matéria e passou novamente para as trinta e cinco horas semanais, tendo mesmo assinado um acordo com o Sindicato que enviou para ratificação governamental. Posteriormente verificou-se um período temporal em que a Câmara manteve as quarenta horas e durante esse período houve um sindicato que interpôs recurso em Tribunal Administrativo sobre esse ponto, e cuja decisão diz que a Câmara tinha de repor a situação ou seja repor as trinta e cinco horas, o que não significa pagar salários ou horas extraordinárias. Referiu que, provavelmente, o Vereador Augusto Figueiredo foi mal informado, frisando que a decisão do Tribunal fora para repor as trintas e cinco horas semanais, situação que a Câmara já tomara.-----

----- Relativamente à situação da seca e dado o período de Verão que se aproxima referiu ser uma preocupação para todas as entidades envolvidas e informou que a Câmara Municipal e o Comando Distrital estão a acompanhar o assunto, frisando a realização de várias reuniões ao longo do ano no sentido de preparar e reforçar a prevenção necessária que assume especial importância. Informou ainda que já foi

aprovado o Plano Operacional Distrital de Defesa da Floresta e o Plano Municipal de Defesa da Floresta, coordenado pela Câmara Municipal e Comando Distrital e disse esperar que o Verão seja calmo, apesar da previsão das temperaturas. Informou também que vai haver a partir do mês de junho “briefings” quinzenais da Proteção Civil para avaliação da situação e assim poderem ser tomadas as medidas necessárias em caso de necessidade, reuniões que em caso de emergência poderão ser semanais. Frisou que a preocupação é na prevenção para assim evitar o combate aos incêndios.-

-----**VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA**-----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Começou por informar que está prevista a limpeza da Ribeira de S. Gregório no mês de junho.-----

----- Relativamente ao espólio do Professor António Feliciano referiu que por todas as áreas que ele desenvolveu e pelas muitas horas que passou na antiga Escola Comercial, quer como aluno, quer como professor, onde lecionou disciplinas como caligrafia, estenografia, trabalhos oficinais entre outras, na sua opinião quando se fala de um espaço para esse espólio, muito dignificava o município dar o seu nome à antiga Escola Comercial e concentrar aí o referido espólio, sendo uma homenagem simbólica, importante e justa que o município faria, pelo que deixava a sugestão.-----

-----**VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO**-----

----- De novo no uso da palavra referiu que quem se sentia no direito de ter tido o esclarecimento era ele, enquanto Vereador, opinando que deveria ter sido dado conhecimento do assunto à Câmara. Disse ainda que o período em que não estavam contempladas as trinta e cinco horas vai ter de ser pago aos trabalhadores, nem que seja apenas para os trabalhadores do STAL e gostaria de saber o ponto da situação em concreto. Referiu que a fonte da informação deveria ter sido a Câmara Municipal, o que não aconteceu.-----

-----**VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO**-----

----- Referiu que nesta fase pré-eleitoral tudo serve para fazer política e estava no seu direito de o fazer, no entanto considerou que respondeu ao que lhe fora solicitado. Disse ainda que solicitou um parecer jurídico sobre a matéria.-----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

----- Começou por informar o Vereador Daniel Pinto que já apresentara uma proposta de aquisição do imóvel do IVV – Instituto da Vinha e do Vinho quando este património ainda estava na posse do Ministério da Agricultura, sendo que o valor que lhe fora apresentado fora exorbitante. Aditou que todo o património estatal devoluto e que era de outros Ministérios transitou para o Ministério das Finanças, o que dificultou ainda mais esta situação. Referiu que recentemente falara deste assunto com o atual

Presidente do Instituto da Vinha e do Vinho, dado que o imóvel está cada vez mais degradado e se situa numa zona nobre da cidade. Informou que tivera conhecimento ser intenção do Governo, no âmbito da delegação de competências para os municípios, que todo este património devoluto transitasse para os mesmos, através de um contrato de comodato, por um determinado tempo, para que o possam requalificar e dar-lhe o uso adequado mediante propostas concretas.-----

----- Sobre a sinalética identificativa das Unidades de Saúde Familiares referiu que iria falar com os Serviços, no entanto não deve ser esquecido que existe sinalética identificativa do Centro de Saúde e referiu que o INEM e outras entidades, sabem que as Unidades de Saúde Familiar se situam nos Centros de Saúde, mas iriam tentar melhorar a informação disponível.-----

----- Relativamente à requalificação da EN 114 salientou que semanalmente faz contactos para saber o ponto da situação, pois trata-se de uma obra estruturante para o concelho de Rio Maior. Aditou que a Infraestruturas de Portugal informara que, no âmbito do programa “Valorizar” as zonas empresariais e comerciais, os contratos deveriam ser assinados durante o primeiro semestre de dois mil e dezassete para que o município ficasse com legitimidade para negociar com os proprietários o alargamento da via.-----

----- Quanto à questão do IC 2 informou que ainda não dispõem de informação quanto ao processo de requalificação.-----

----- Relativamente ao desfile académico referiu que tivera o privilégio de acompanhar todo o processo e dirigindo-se ao Vereador Daniel Pinto, lamentou que “camaradas seus” e que também têm algumas responsabilidades, tivessem criticado o facto de terem sido encerradas ao trânsito as Avenidas João Ferreira da Maia e parte da Avenida Paulo VI, considerando que eram apenas cinco carros no desfile, quando todos os que têm responsabilidades, são unânimes em reconhecer toda a dinâmica que a Escola Superior de Desporto coloca na cidade em termos económicos, culturais e sociais, sendo que estes eventos e, nomeadamente, o desfile que se realizou pela primeira vez. Frisou que cada finalista fez o seu carro, pois a escola tem cinco cursos, lamentando mais uma vez que, enquanto uns tentam dar todo o apoio considerando o quanto era importante para os alunos fazerem o desfile e outros contestam tudo o que é feito. Referiu que irá sempre viabilizar e apoiar este tipo de iniciativas.-----

----- Por último deixou uma palavra de apreço ao candidato do PS à Câmara, Daniel Pinto, desejando que haja muita seriedade nos próximos quatro meses e meio que medeiam até ao dia um de outubro. Referiu que já acompanhara três atos eleitorais e tinha o privilégio de poder dizer que não ficara com qualquer inimizade, nem se incompatibilizara com quem quer que fosse, opinando ser desta forma que se eleva o

ato democrático e também o concelho de Rio Maior. Desejou que corra tudo de uma forma participada, com muito debate e muitas ideias e que se eleve a cultura democrática e cívica que caracteriza o concelho de Rio Maior.-----

----- **PONTO I – DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO**-----

----- **DESPACHO Nº 35/2017 DE 11 DE MAIO – AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAR A VIA PÚBLICA A FIM DE REALIZAR ATIVIDADE DESPORTIVA “VII EVENTO – CARRINHOS DE ROLAMENTOS E TRIKE BIKES”**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o Despacho n.º 35/2017 de 11 de maio, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, no qual foi autorizada a utilização da via pública, do percurso assinalado em mapa, no dia 14 de maio, pelas 15:00 h e fim pelas 19:00 h, condicionado aos pareceres acima referidos, para a realização da atividade desportiva denominada “VI Evento – Carrinhos de Rolamentos e Trike Bikes” bem como a isenção do pagamento das taxas.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio para dizer que considerava esta iniciativa muito inovadora e que deve merecer do executivo uma atenção especial na medida em que pode significar uma estratégia integrada de valorização do turismo de natureza no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e também de valorização da Escola Superior de Desporto de Rio Maior. Disse ainda que este grupo desenvolve já há algum tempo uma tentativa de procura de patrocínio junto de uma marca de publicidade, nomeadamente a “RedBull”, dado ser esta marca que apoia este tipo de eventos, considerando que tudo o que se possa fazer para apoiar, é sempre de louvar.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **DESPACHO Nº 36/2017 DE 19 DE MAIO – AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAR A VIA PÚBLICA A FIM DE REALIZAR “1º CORTEJO ACADÉMICO DE RIO MAIOR” EM NOME DE ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA SUPERIOR DE DESPORTO DE RIO MAIOR**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o Despacho n.º 36/2017, de 19 de maio, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, no qual foi autorizada a utilização da via pública, do percurso assinalado em mapa, no dia 19 de maio, pelas 18:30 h e fim pelas 22:30 h, condicionado aos pareceres acima referidos, para a realização do “1º Cortejo Académico de Rio Maior”.-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO II – MEDIÇÃO ACÚSTICA AO ESTABELECIMENTO WASH RIO – LAVANDARIA SELF SERVICE, LDA**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face às informações da CIMLT e dos serviços e considerando que a medição efetuada não é representativa das condições de operação da atividade, o seguinte:-----

1 – Que seja efetuada nova avaliação conjunta tendo em conta as considerações técnicas da CIMLT e da SPA;-----

2 - Conceder o prazo de 15 dias úteis para a realização da referida avaliação e a emissão do respetivo relatório, findo os quais, a Câmara Municipal poderá adotar as medidas cautelares previstas no Regulamento Geral do Ruído.-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre esta matéria referiu que este é um daqueles casos que não convém continuar a protelar, fazendo de seguida o enquadramento de todo o processo, recordando as tomadas de posição unânimes sobre esta matéria, ou seja o esforço que o executivo fez de encontrar uma metodologia que fosse aceite por unanimidade, pelo executivo e pelas entidades como a CIMLT que é a digníssima representante da Câmara Municipal neste tipo de serviços. Referiu que também a representante da lavandaria contratou uma empresa para poder responder a esta exigência, tendo sido dado um prazo de trinta dias e que neste momento já se prolongou até aos noventa dias. Disse não compreender o facto de serem agora confrontados com uma questão “dita técnica”, questionando se tinham ou não chegado a acordo quanto ao método, pois se assim não fosse reiniciavam as medições, recordou também o facto de já ter passado um mês e a empresa não ter respondido.-----

----- Também referiu o pedido de parecer devido à questão dos cobertores e disse que não é preciso ser engenheiro para saber que estes abafam o som, apesar de poder ser questionado se, em termos técnicos, se trata de um cobertor ou se é um elemento característico da própria atividade. Opinou que, enquanto Vereador não quer servir de “jogo” entre outros interesses, e este executivo também não o deve querer. Referiu também os custos inerentes a todo este processo, tanto para a Câmara como para as proprietárias da lavandaria, dado que a empresa que fez o estudo técnico é uma das mais conceituadas a nível nacional. Salientou mais uma vez que não se pode continuar a permitir que o executivo municipal sirva de “guarda-chuva” seja para quem



for, pois ou a CIMLT assume aquilo que foi decidido, assim como a empresa, ou então este processo arrastar-se-á eternamente, o que levará a que este assunto volte a Reunião de Câmara, constantemente. Disse ainda não acreditar que uma empresa tão conceituada tenha corrido o risco de fazer medições não cumprindo os padrões que lhe foram exigidos, opinando que havia algo que não estava a entender. Quanto ao parecer referiu que fazer nova medição é consensual e a CIMLT vai fazê-lo, questionando se a empresa também quer seguir este procedimento. Frisou que o executivo tem tentado encontrar sempre unanimidade nas deliberações tomadas, tentando assim reforçar a posição assumida.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para dizer que subscreve as palavras do Vereador Augusto Figueiredo dado tratar-se de um processo difícil e a Câmara já tomara a decisão que podia tomar, no entanto está sempre recetiva a tentar encontrar a melhor solução para ambas as partes e, caso houvesse colaboração entre estas, provavelmente o assunto já estaria resolvido. Salientou que todos os presentes querem encontrar uma solução para este problema sendo sempre essa a postura para todos os assuntos que lhe são colocados e prova disso são as inúmeras reuniões já realizadas para encontrar a melhor solução.

----- Referiu que entendia a situação que envolve quer a reclamante, quer os representantes da empresa e solicitava “por favor” que colaborassem com a Câmara nesta tentativa de resolução, dado que a medição feita não foi representativa, segundo parecer da Sociedade Portuguesa de Acústica, pois chegará uma altura em que a Câmara deixará de ter condições para mediar este processo.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- De novo no uso da palavra referiu que para além de ser deliberado conceder o prazo de quinze dias para a realização de nova medição, deverão ser consideradas todas as hipóteses, dado que a proprietária poderá não aceitar, considerando os custos envolvidos, questionando se a Câmara encerra a lavandaria caso isto se confirme. Opinou que a Câmara está a ir muito além daquilo que são as suas competências no sentido de tentar resolver este assunto, tentando conseguir o consenso entre as partes. -----

----- Disse ainda que, como a CIMLT aceitou o método e depois da medição contesta o mesmo, o que poderia ter feito mas não na altura em que o fez, tem aqui alguma responsabilidade e coloca a Câmara numa posição difícil e considerou que esta proposta de deliberação não iria resolver a situação, sendo apenas mais um gesto de boa vontade para a resolução de um problema onde essa boa vontade não existe, pelo que manifestava a sua profunda preocupação sobre esta matéria.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Salientou que não podia antecipar o resultado final da deliberação que iria ser tomada na reunião a decorrer.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre esta matéria teceu diversas considerações e lamentou que uma instituição como o município seja arrolada nesta intriga que decorre há mais de uma ano e pediu desculpa aos moradores, mas não conseguia perceber como é que continuavam a envolver o município numa questão pessoal, considerando que este tem assuntos de outra dimensão para resolver.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Interveio para dizer que também tinha muita dificuldade em entender todo este processo, recordando que a Câmara sugeriu a realização de medições acústicas, uma indicada pela empresa, outra pela CIMLT, o que já aconteceu, e o processo arrasta-se há dois anos. Também referiu que a Câmara não tem técnicos desta área, razão pela qual recorre à Comunidade Intermunicipal e as empresas privadas recorrem a empresas privadas. Aditou que, independentemente de haver um relatório conjunto, com alguma demora, a sua preocupação prendia-se com o facto de continuar o conflito entre a Wash Rio e os moradores no 1º andar e apenas lhe competia fazer uma análise isenta da situação, frisando que o executivo tem manifestado sempre toda a boa vontade para tentar que as partes cheguem a um acordo, dado que a Câmara não tem as funções de Tribunal e opinou que, embora vote favoravelmente a proposta no sentido de haver mais uma avaliação conjunta, provavelmente isso não resolverá o problema e será uma de muitas mais tentativas de resolução.-----

----- Opinou que o erro que cometeram foi de não se terem já demarcado deste processo, apesar de lhes caber ajudar a solucionar problemas entre privados, mas como estes não se entendem, a Câmara fica no meio, pois não tem os poderes da Justiça. Solicitou, enquanto cidadão, que as partes envolvidas se entendam e referiu que não se renunciava quanto à forma como as medições foram feitas porque não é técnico desta área.-----

----- Colocada a votação a proposta foi aprovado **por maioria** com uma abstenção do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto.-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Voto pela abstenção neste ponto porque sinto um desconforto enorme com o tempo em que este assunto já decorre e pelo facto de, sistematicamente, se dirigirem ao executivo e continuar sem resolução e sem fim á vista. Temo que, com esta proposta não se chegue a nenhum ponto de chegada.”-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que

se transcreve na íntegra: -----  
----- “Votei a favor desta proposta, exatamente pelas mesmas razões que o Daniel Pinto se absteve, ou seja, eu estou do lado da solução e você está do lado da continuação.”-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Fernando Frazão Correia**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei favoravelmente porque os políticos devem ter rosto e devemos dar a cara para o bem e para o mal, e, neste momento tomar uma posição de abstenção é estar bem com “Deus e com o Diabo”.-----

----- **PONTO III - ANULAÇÃO DE DÍVIDA – ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA – SERVIÇO DE REFEIÇÕES** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, anular a dívida da aluna citada na informação n.º 17/SAS/2017 referente ao serviço de refeições, incluído nas Atividades de Animação e Apoio à Família.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO IV - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTES ESCOLARES – CIRCUITOS ESPECIAIS ESCOLARES – ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ao abrigo da alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos da informação emitida, autorizar a abertura de procedimento de concurso público para aquisição de serviços para a realização de transportes escolares – circuitos especiais escolares – para o ano letivo 2017/2018 no montante de €180.675,00 (cento e oitenta mil, seiscentos e setenta e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e aprovar as respetivas peças de procedimento e também autorizar, nos termos do n.º 2 do art. 69.º do CCP, que sejam delegadas no júri de procedimento, as competências propostas na mesma documentação.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Sempre me abstive neste ponto porque não é esta a solução que a CDU propõem para a resolução dos transportes escolares.”-----

----- **PONTO V - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DO CENTRO ESCOLAR Nº 2 DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a proposta de alteração da denominação do Centro Escolar nº 2 de Rio Maior, para Centro Escolar Mina do Espadanal, nos termos da informação e restante documentação anexa.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO**-----

----- Referiu concordar com a proposta apresentada porque a denominação de Centro Escolar nº 2 é impessoal e inapropriada porque um número não é um nome e salientou que a Mina do Espadanal é o local onde se localiza e é de memória coletiva. Opinou que preservar a memória coletiva é sempre necessário e a toponímia, com os nomes das ruas e das praças preserva essa memória coletiva, recordando que há quinze anos foi sugerido a denominação de Álvaro Cunhal para uma Praça, assim como o nome de José Saramago por ser ribatejano e prémio Nobel e ainda Eugénio de Andrade. Referiu que não se esquecia do Engenheiro da Mina que tem agora o nome numa rua, mas que levou cinquenta e quatro anos a concretizar. -----

----- Terminou a intervenção referindo que espera que se perceba, tendo em conta a publicação do livro de Miguel Carvalho, a importância da memória coletiva. Disse ainda que o Presidente da República considerou que Álvaro Cunhal foi um elemento decisivo e determinante para a democracia do País e espera que Rio Maior cumpra esse desiderato aprovado em Assembleia Municipal.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio para dizer que este gesto pode valorizar ainda mais a intenção de recuperar o Complexo Mineiro da Mina do Espadanal e referiu que a memória coletiva e a história das tradições locais devem ser valorizadas, pelo que sugeria que o município de Rio Maior possa organizar e elaborar rapidamente, informação sobre a toponímia para que todos saibam quem foi Latino Coelho e muitas outras individualidades e que o sítio de internet da Câmara, tenha disponível informação sobre esta tão importante matéria.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO VI – COMPARTICIPAÇÃO DE FAMILIARES PARA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA PARA O ANO LETIVO 2017/2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação nº 11/SUASE/2017 e documentos emitidos, aprovar a comparticipação familiar proposta na tabela constante do anexo III para o ano letivo 2017/2018. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **O Vereador João António Lopes Cadoso ausentou-se da reunião por se encontrar impedido de participar na votação.**-----

----- **PONTO VII – DESMOR – ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL EM REGIME DE MERCADO LIVRE**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face do ofício em apreço e para efeitos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 9º conjugado com o n.º 2 da mesma disposição dos Estatutos da Desmor, EM,SA., que o sentido de voto do representante da Câmara Municipal de Rio Maior na Assembleia Geral da empresa seja favorável à abertura do concurso público para fornecimento de gás natural em regime de mercado livre, aprovando para o efeito as respetivas peças do procedimento, em anexo.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Quanto à proposta apresentada referiu que iria votar favoravelmente, mas gostaria de sensibilizar a maioria para a discriminação negativa entre o meio rural e a cidade, dado que as pessoas das freguesias pagam o dobro do valor em gás de botija comparado com quem usufruiu de gás natural na cidade, opinando que existem lugares que justificam o alargamento da rede de gás natural e para isso muitas vezes é preciso frisar o quanto os munícipes pagam a estas entidades.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **O Vereador João António Lopes Cadoso voltou à reunião.**-----

----- **PONTO VIII – ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO DE FESTAS DE ARRUDA DOS PISÕES – REQUALIFICAÇÃO DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE ARRUDA DOS PISÕES**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação emitida, aprovar o pedido de Apoio Financeiro – Associação de Festas de Arruda dos Pisões, para requalificação da antiga Escola Primária de Arruda dos Pisões, no valor de 5.000 €.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO IX – ATRIBUIÇÃO DE APOIO À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE RIO MAIOR – OBRAS NA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE ALTO DA SERRA**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação emitida, aprovar o pedido de Apoio Financeiro – Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Maior, para conclusão da Capela do Alto da Serra, no valor de 5.000 €.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO X – CERTIFICAR AUMENTO DE COMPARTES EM VALE DAS LEBRES – ASSEICEIRA EM NOME ROSÁRIA MARIA CRUZ REBELO – PROCESSO Nº.88/2017**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, certificar que não se vê inconveniente na constituição de compropriedade ou no aumento de compartes para o prédio rústico, sito em Vale das Lebres, da Freguesia de Asseiceira, inscrito na matriz sob o artigo 51, da Secção CL, na medida em que deste pedido não resulte qualquer indício de que seja violado o atual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09 de Setembro.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO XI – CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO EM CIDRAL – RIO MAIOR EM NOME DE MARIA EUGÉNIA MORAIS MARTINS – PROCESSO Nº.85/2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação e parecer emitidos, certificar que a estrada que divide o prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 39 da secção AL, sito em Cidral, Freguesia e Concelho de Rio Maior, tem como topónimo atribuído Travessa do Sabugueiro, é do conhecimento e domínio público e enquadra-se no artigo 63 da Lei 2110/61 de 19 de Agosto.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

**----- PONTO XII - VISTORIA DE SALUBRIDADE AOS EDIFÍCIOS DEGRADADOS, SITOS EM RUA DO ARRAIAL, Nº.24, 26 E 28 EM RIO MAIOR - REQUERIDA POR DIAMANTINA INÁCIA DA SILVA – PROCESSO Nº.36/2017-----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face às informações emitidas notificar os proprietários dos edifícios degradados, sitos em Rua do Arraial nº 24, 26 e 28, em Rio Maior, para no prazo de 60 dias proceder á demolição total das edificações e deverá ser erigido um muro de vedação dos prédios em causa, na sua cofinancia com a via pública, rebocado e pintado na cor branca, de forma a dar uma leitura continua a frente edificada. O alinhamento deste muro deve ser fornecido, em conformidade com o estipulado em RMUE, pelo serviço de topografia desta Câmara Municipal. -----

**----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

**----- PONTO XIII – VISTORIA DE SALUBRIDADE AO PRÉDIO SITO NA RUA NOVA DO GATO PRETO, 27 RIO MAIOR - REQUERIDA POR MUNICÍPIO DE RIO MAIOR – PROCESSO Nº.108/2016-----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face as informações emitidas, notificar o proprietário do prédio sito em Rua Nova do Gato Preto nº 27, em Rio Maior, para no prazo de 60 dias proceder á limpeza do interior do edificio e substituição ou reparação de caixilharias de portas e janelas.-----

**----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

**----- PONTO XIV – VISTORIA – DEVER DE CONSERVAÇÃO À FRAÇÃO SITA NA RUA AUGUSTO PEDRO BRANCO, 3 – 4º DTº – RIO MAIOR, REQUERIDA POR JOÃO CARLOS DOS SANTOS MATOS – PROCESSO Nº.37/2017-----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face às informações emitidas, notificar o proprietário da fração, sita em Rua Augusto Branco nº 3, 4º Dto., em Rio Maior, para tomar conhecimento do parecer da comissão de vistoria de 02/05/2017.-----

**----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

**----- PONTO XV – EMPARCELAMENTO DE PRÉDIOS RÚSTICOS EM RIO MAIOR REQUERIDA POR CARLOS ARMANDO OLIVEIRA BORGES – PROCESSO Nº. 48/2017-----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face aos pareceres emitidos, certificar que dos prédios rústicos inscritos na matriz sob o artigo 32 e 33 da secção DE, serão desanexadas as parcelas A e B para proceder ao emparcelamento das mesmas nos prédios 29, 30, 34, 35 e 80 da secção DE, todos da freguesia de Rio Maior. -----

**----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

**----- PONTO XVI – FEIRA DAS TASQUINHAS 2017 – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA ENTIDADES DIVERSAS-----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação emitida, aprovar a transferência de verbas às associações, coletividades e instituições particulares de solidariedade social, participantes na Feira das Tasquinhas 2017, no valor total de 16.107,55€ (dezasseis mil cento e sete euros e cinquenta e cinco cêntimos).-----

**----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

**----- PONTO XVII – ANULAÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL EM NOME DE ANA CATARINA MORAIS MACHADO -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a anulação do processo de execução fiscal, relativo ao processamento de janeiro/2017, não havendo lugar ao pagamento de quaisquer juros e custas.-----

**----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

**----- PONTO XVIII – AVALIAÇÃO RELATIVA AO PRÉDIO URBANO Nº 956P DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MARMELEIRA E ASSENTIZ -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é a Câmara, de acordo com a informação emitida e avaliação efetuada pela Comissão de Avaliação Municipal, deliberou concordar com a avaliação efetuada pela Autoridade Tributária e Aduaneira



para o prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 956, provisório, da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz, propriedade do Sr. Edgard da Fonseca Carriço, no valor de 227.110,00€ (duzentos e vinte e sete mil, cento e dez euros).-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- **PONTO XIX – PROPOSTA DE PROCEDIMENTO – BENEFICIAÇÃO NA ESCOLA BÁSICA DE MARINHAS DO SAL – EXECUÇÃO DE OBRAS (PROJ: 21 211 2017 226 1)**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a abertura do procedimento de concurso público, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 19º do CCP, com vista à execução da empreitada BENEFICIAÇÃO NA ESCOLA BÁSICA DE MARINHAS DO SAL; Aprovar as peças do procedimento, nos termos do nº2 do artigo 40º do CCP e a publicação do respetivo Anúncio, nos termos do disposto no nº1 do artigo 130º do CCP.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- Declaração de voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** que se transcreve na íntegra:-----

-----“Votei favoravelmente porque é reconfortante verificar que um problema que já tinha algum anos e alguma barba branca como a minha, poder ser finalmente resolvido na interação entre o Poder Local, o Poder Central e o executivo, opinando que esta metodologia é nos tempos próximos a forma de gerir “a coisa pública” e a alteração da correlação de forças na política foi o que decidiu isso.”-----

----- **PONTO XX – PROPOSTA DE PROCEDIMENTO – PIMUS – CONSTRUÇÃO DE CICLOVIAS E ARRUAMENTOS – EXECUÇÃO DE OBRAS: REQUALIFICAÇÃO DE ARRUAMENTOS URBANOS (PROJº:33 331 2016/167)**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação emitida, autorizar a abertura do procedimento de concurso público, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 19º do CCP, com vista à execução da empreitada REQUALIFICAÇÃO DE ARRUAMENTOS URBANOS; Aprovar as peças do procedimento, nos termos do nº2 do artigo 40º do CCP e a publicação do respetivo Anúncio, nos termos do disposto no nº1 do artigo 130º do CCP.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Congratulou-se com a proposta apresentada e referiu que estava cada vez mais de acordo com a afirmação de um determinado Presidente da República de “que devia haver eleições de ano a ano”. Aditou que são sessenta e três troços que a Câmara vai intervencionar até final do ano.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Esclareceu o Vereador Augusto Figueiredo que a proposta apresentada se refere a três arruamentos dentro da cidade de Rio Maior, no âmbito do PEDU nomeadamente as ruas João. T. Barbosa; Mariano de Carvalho, José Pedro Inês Canadas e Mercado e nada têm a ver com o outro pacote já objeto de deliberação de Câmara e que vai ser suportado a cem por cento pelo município de Rio Maior e este é cofinanciado. Quanto às ciclovias a proposta será apresentada numa das na próxima reunião de Câmara.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Sobre a proposta apresentada questionou o referido na introdução da memória descritiva quanto ao acesso das viaturas pertencentes a moradores no local.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Prestou os esclarecimentos solicitados pelo Vereador Daniel Pinto.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sobre a afirmação feita pelo Vereador Augusto Figueiredo de que deveria haver eleições mais assiduamente, referiu que esta proposta surgia no âmbito de candidaturas apresentadas aos Fundos Comunitários pois só agora é que o Governo desbloqueou as mesmas, frisando que o executivo não podia ter lançados os concursos no ano transato porque ainda não dispunha de informação quantos aos valores que iriam ser disponibilizados para Rio Maior destinados a esta intervenção.----

----- Frisou que o executivo já executara um grande conjunto de intervenções, tendo em conta que os acordos só foram assinados no final do ano passado, e disse que irão fazer muitas mais, referindo que as mesmas fazem parte de um pacote de 3,8 milhões de euros, valor a que acresce cerca de trezentos e oitenta mil euros, pelo facto de o Governo acelerar a execução dos Fundos Comunitários e ter contemplado e premiado os municípios que até final do ano executaram obras.-----

----- Terminou a intervenção referindo que há uns anos atrás não tinham condições financeiras para fazer obra dado que Portugal passou por uma situação difícil, com assistência financeira e o próprio Governo limitou as autarquias no tocante à realização de despesa, o que não acontece neste momento em que se aliam o facto de se ter capacidade de endividamento, se poder fazer despesa, haver disponibilidade dos Fundos Comunitários para apresentar candidaturas e haver fundos disponíveis.----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

**----- PONTO XXI – PROPOSTA DE PROCEDIMENTO – PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO: REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DO COMÉRCIO E ZONA ENVOLVENTE (PROJ 24 242 2016/77 6)-----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é em face da informação emitida autorizar a abertura do procedimento de concurso público, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 19º do CCP, com vista à execução da empreitada REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DO COMÉRCIO E ZONA ENVOLVENTE; Aprovar as peças do procedimento, nos termos do nº2 do artigo 40º do CCP e a publicação do respetivo Anúncio, nos termos do disposto no nº1 do artigo 130º do CCP.-----

**----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**

**----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----**

----- Referiu as páginas 1 e 1.1 quanto à anulação de compromissos.-----

----- Esclareceu que quando falou da questão das eleições era para incluir esta maioria e também o Governo do PS, pois se todos os anos houvesse eleições era uma forma de dizer “no bom no sentido” de que tudo se agiliza mais rapidamente, e como já afirmara anteriormente, era sempre um motivo de congratulação que houvesse mais dinheiro para Rio Maior para fazer obras para a população.-----

**----- VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO -----**

----- Interveio para dizer que tinha dúvidas sobre as soluções arquitetónicas apresentadas para a Praça do Comércio e para o Largo Aires de Sá.-----

**----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----**

----- Disse ao Vereador Daniel Pinto que podia ter esclarecido as dúvidas com a entidade que apresentou a solução para a requalificação da zona que referira.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

**----- PONTO XXII – PROPOSTA DE PROCEDIMENTO – PLANO DE AÇÃO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL – CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE APOIO AO TERMINAL RODOVIÁRIO E ACESSIBILIDADES – EXECUÇÃO DE OBRAS (PROJ:33 331 2016/167 2/2)-----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação emitida, autorizar a abertura do procedimento de concurso público, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 19º do CCP, com vista à execução da empreitada CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE APOIO AO TERMINAL RODOVIÁRIO E ACESSIBILIDADES; aprovar as peças do procedimento, nos termos do nº2 do artigo 40º do CCP e a publicação do respetivo Anúncio, nos termos do disposto no nº1 do artigo 130º do CCP. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA -----

----- Inteveio para dizer que todos se deviam congratular com o trabalho desenvolvido pelos Técnicos da Câmara por todos os projetos que fazem parte dos Pontos XIX, XX, XXI e XXII, elaborados internamente e que requereu o empenho de um alargado número de trabalhadores. Deixou o agradecimento do executivo pelo trabalho desenvolvido por todos aqueles que colaboraram e referiu tratar-se de uma tarefa árdua dado os meios diminutos que existem.-----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Inteveio para dizer que esta matéria é um desejo de há longo tempo, pois para além de regularizar aquela situação, mas também para criar uma outra capacidade de resposta às exigências que se colocam atualmente naquela nova centralidade da cidade de Rio Maior.-----

----- Referiu que a Administração Pública está em greve, pelo que deixava uma palavra de solidariedade para todos aqueles que vencendo o medo, continuam a lutar pelos seus direitos e desejou que todos possam ser solidários com eles. Aditou que não havia melhores palavras do que as do Senhor Vice-Presidente quando menciona todo o trabalho que foi desenvolvido pelos trabalhadores da autarquia e recordou a necessidade das autarquias reforçarem os seus quadros técnicos, dado que os funcionários públicos são excecionais, na sua generalidade, contrariamente ao ponto de vista de uma estratégia de Governos anteriores de denegrirem a imagem do funcionário público, mas este, quando motivado, devidamente orientado, trabalhando em equipa, é tão bom ou melhor do que qualquer trabalhador no privado. Essa homenagem deve ser feita e a Câmara, na sua opinião, confiou pouco na capacidade realizadora dos funcionários públicos, porque “entregou” cerca de seis milhões de euros a externos, embora ressalve que isso aconteceu porque infelizmente a Lei dos Compromissos não o permitia.-----

----- Terminou a intervenção opinando que na Câmara Municipal de Rio Maior há trabalhadores excecionais como há em todo o lado e indicou o sentido de voto como favorável e congratulou-se com a proposta apresentada, pois considera importante dar valor a este tipo de intervenção, dado que requalifica a cidade e melhora as condições de vida das populações.-----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Inteveio para dizer que a sua área de formação académica é Gestão de Recursos Humanos sendo esta uma área que muito valoriza e salientou que as pessoas e os trabalhadores são o melhor ativo de qualquer organização. Referiu que, efetivamente, houve trabalho realizado pelos Recursos Humanos existentes, apesar

do seu número reduzido, que merece este reconhecimento, pois conseguiram concluir estes processos e outros que não são presentes a Reunião de Câmara porque estão no âmbito das suas competências.-----

----- Sobre o valor referido de mais de seis milhões de euros, esclareceu que o mesmo está relacionado com o valor global do investimento que vai ser feito, pois foi necessário contratar Serviços Externos, nomeadamente Gabinetes de Projetos para elaborarem alguns deles para as obras que o Executivo vai lançar, dado o seu número e dimensão, pelo que não havia condições para o fazer internamente.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **O Vereador João António Lopes Candoso saiu neste momento da Sala de Reuniões por se encontrar impedido de votar.**-----

----- **PONTO XXIII – DEPOMOR S.A.-INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE NOS CORPOS SOCIAIS PARA O TRIÉNIO 2017/2019**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, concordar com a proposta apresentada e, caso se verifique a eleição do Município de Rio Maior para o Conselho de Administração da “Depomor Desenvolvimento e Progresso de Rio Maior, S.A.”, nomear como representante do Município de Rio Maior o **Vereador João António Lopes Candoso**, ao abrigo do artigo 33º, n.º 1, alínea oo) do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre a proposta apresentada referiu que a DEPOMOR no estado em que se encontra e a forma como o município de Rio Maior tem vindo a perder importância face ao investimento que foi feito é o exemplo da forma como não se deve gerir “a coisa pública”, e embora saiba que, por vezes, falar da empresa é correr riscos, mas apenas queria chamara a atenção para a necessidade que há para exigir a mudança da Lei, porque na altura a Câmara avançou com verbas dos munícipes no montante de cerca de seiscentos mil contos para a criação de uma empresa tendo em vista o desenvolvimento económico do concelho de Rio Maior. Depois com o Governo de Sócrates venderam-se as ações de Rio Maior, pois o município tinha a maioria, para se poder ficar com 26,7%, permitindo assim que os grandes interesses económicos pudessem fazer uma obra que, a concretizar-se, seria bom para todos.-----

----- Posteriormente verificou-se dificuldades de projeto, dado que a empresa foi criada na perspetiva de haver o aeroporto de OTA, nomeadamente com uma cidade nova de quinze mil habitantes e Rio Maior com apenas 26,7% que a Lei lhe dá, para poder vir a ser incluído no Conselho de Administração, perde a presidência, e apesar

do investimento feito não tem poder decisório.-----

----- Recordou que a Administração da DEPOMOR, nos termos da Lei, deve dinheiro ao município, questionando se a empresa vai ou não pagar e se a Câmara vai continuar a ser condescendente. Questionou também qual vai ser o futuro desta empresa dado as dificuldades em conseguir atrair novos investidores, face às dificuldades vividas nos últimos cinco anos e ainda gostaria de saber qual o papel do município nesta situação. Aditou que lhe custava que fosse indicado o nome do Engenheiro Lopes Candoso, pois nada poderá resolver. Salientou também que não tinha conhecimento do relatório nem do dia-a-dia da empresa, nem sabia qual o montante das dívidas existentes.-----

----- Terminou a intervenção opinando que, como a Lei exige que a Câmara tem de indicar um representante, também deve exigir que a empresa dê conhecimento de toda a sua atividade, pois na sua opinião o que se pretende é que o Executivo dê cobertura à situação da DEPOMOR porque a Câmara indica uma pessoa, mas que não se sabe se vai fazer parte do Conselho de Administração, considerando que toda esta situação se prende com a degradação a que se assistiu na década de noventa relativamente à visão instrumental da “coisa pública” para “coisa nenhuma”.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** com a abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Abstive-me mas a minha abstenção nada tem a ver com a estima, consideração e reconhecimento de competência à pessoa indicada. É porque sinto que isto é um voto político para neste plano e noutros planos exigir a clarificação destas coisas”.-----

----- **O Vereador João António Lopes Candoso voltou à Sala de Reuniões.**-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.-----

----- Colocada a votação, a proposta **foi aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- Deu de seguida a palavra ao público presente para as intervenções e explicou as condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Câmara Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **SENHOR JORGE SILVA** -----

----- Começou por questionar o ponto da situação do Plano de Pormenor e Salvaguarda das Salinas de Rio Maior e também a razão da aprovação na última

reunião de Câmara do alargamento do prazo do mesmo. Referiu também a necessidade do citado Plano ficar aprovado e publicado em Diário da República nos próximos meses, sob pena de não ser possível obter candidaturas e financiamentos do Turismo de Portugal, pois atendendo às suas especificidades as verbas deverão ficar esgotadas ainda este ano dado as inúmeras candidaturas apresentadas no âmbito do “Portugal 2020”, daí ser premente a conclusão do Plano e a publicação do MESMO, pois caso contrário provavelmente este investimento não deverá ter andamento. Seguidamente referiu todos os trâmites que a apresentação de uma candidatura requer e referiu que não era aceite um parecer de conforto. Terminou referindo que existe vontade do consórcio de investidores a que pertence em investir na região, nomeadamente pelo sucesso que têm tido em outras partes do País. Manifestou a intenção de apresentar uma candidatura na área de intervenção em questão e espera que não aconteça como em anos anteriores, com outro tipo de investimentos na mesma área. -----

----- **SENHOR RUI COELHO** -----

----- Referiu que mais uma vez estava na Reunião para solicitar que a Câmara cumpra a Lei e referiu que quando viera viver para o apartamento não havia barulho. Referiu ainda que as Senhoras não cumprem a Lei, falsificaram as medições e utilizaram cobertores. Disse também que a máquina continua a ligar e a desligar assim como o bater da porta é uma constante.-----

----- **SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA** -----

----- Informou que prescindia do uso da palavra.-----

----- **SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Esclareceu que nunca cortou a palavra a nenhum munícipe que estivesse a intervir, mas considerava natural lembrar o que dizia o Regimento sobre o tempo de intervenção dado o número de assuntos apresentados. Informou ainda que, independentemente de não usar da palavra, os assuntos seriam encaminhados aos respetivos serviços para resolução.-----

----- **REPRESENTANTE DA LAVANDARIA WASH RIO** -----

----- Começou por informar que não iriam mais colaborar com a autarquia nem alimentar a mentalidade de vizinhos cuja intenção foi, desde o início ver o fracasso da empresa. Disse que desde o início desta contenda que sempre procuraram colaborar em tudo e gastaram “rios de dinheiro” para manter um projeto no qual acreditaram e que, com provas dadas, é benéfico para o concelho. “Pois, agora com muita tristeza percebemos que esta contenda não vai terminar, mas infelizmente a nossa saúde e o nosso dinheiro, sim, esses vão terminar, pelo que acataremos a vontade inicial deste município e pouparemos o tempo e o trabalho de outros em prol de uma causa que

está perdida desde o início, conforme hoje o podemos perceber. Infelizmente nesta causa misturam-se desavenças pessoais com aquilo que é o trabalho das pessoas e infelizmente, contra nada podemos fazer, pois é causa perdida. Assim recusaremos toda e qualquer tentativa de acareação e novos testes de incomodidade, que os mesmos custam dinheiro, bastante dinheiro que neste momento já não temos. Tal como referiu o Vereador Augusto Figueiredo, estes testes são muito caros. Aceitamos no entanto a realização conjunta de uma reunião, entre ambos os gabinetes com a supervisão do executivo, caso assim o considerem. Se a intenção deste município é a de encerrar as instalações, a nossa posição é: avancem. Para nos notificarem sabem onde nos encontrar.-----

----- Por fim dar-lhes conhecimento que a nossa luta vai continuar junto dos Tribunais onde questionaremos a legalidade do ato administrativo dada a acareação que, atempadamente, apresentámos, nos ser favorável, junto do IGAE, a quem iremos pedir a fiscalização de todo o processo levada a efeito por esta entidade e junto do Ministério Público onde apresentámos queixa a fim deste verificar a possibilidade de abuso de poder por parte da entidade que representa, todos os membros do executivo e chefes de departamento envolvidos.-----

----- Senhora Presidente em ano de eleições não queremos que lhe falte o protagonismo, e com isto com certeza que o irá ter. Desejo-vos um bom trabalho e á noite quando vos deitardes e colocardes a vossa cabeça nas almofadas possam sentir a leveza e a consciência de terem sido justos para com todos e em prol do Povo que vos elegeu para essas cadeiras.”-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu que, o facto de se estar em ano de eleições apenas diz respeito aos eleitos locais, e solicitou que essa situação não fosse misturada com este processo por parte dos representantes da empresa, pois esse seria o pior dos caminhos. Salientou que da sua parte e de todo o executivo isso nunca aconteceria.-----

----- **REPRESENTANTE DA LAVANDARIA WASH RIO** -----

----- De novo no uso da palavra referiu que apenas tentaram apostar no concelho de Rio Maior e trazer um projeto inovador o qual não está a ser rentabilizado da melhor forma devido a toda esta situação. Sobre os cobertores disse que os mesmos estavam naquele local há cerca de um ano e convidou todos a deslocarem-se às instalações da lavandaria e verificarem as respetivas condições. Informou que têm faturas de todas as obras realizadas e não aceitam ser postas em causa, publicamente, da forma que o foram.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Sobre a intervenção do Senhor Jorge Silva esclareceu que deve ser feita a



distinção entre o investimento privado e a Lei a que os municípios estão sujeitos com a obrigatoriedade de pedir pareceres a diversas entidades externas. Esclareceu que quando o prazo foi prolongado por mais um ano foi no sentido de tentar que dentro desse prazo, as várias entidades se pronunciassem. Disse ainda que a Câmara aguarda um parecer de uma determinada entidade para poder iniciar alguns procedimentos. Aditou que a Câmara Municipal de Rio Maior não tem forma, nos termos da Lei, para impor prazos às entidades externas para se pronunciarem, afirmando que semanalmente solicitam informação sobre o processo, a quem de direito.-----

----- Frisou que o município de Rio Maior age sempre de boa-fé para o potencial investimento recordando que quando solicitaram a alteração de uma determinada área de delimitação do Parque a Câmara Municipal de imediato contactou o Gabinete e o pedido foi apenso ao processo.-----

----- **SENHOR JORGE SILVA** -----

----- Voltou a usar da palavra para deixar uma palavra de agradecimento porque desde logo a Câmara Municipal lhes deu todo o apoio solicitado, tendo em conta a pretensão da empresa. Questionou qual a entidade que está a comprometer esta decisão, dado os prazos existentes para a apresentação de candidaturas. Referiu ainda que querem perceber que quando existe o interesse em investir num ex-libris único e que têm uma oportunidade única isso tem sido sempre vedado por alguém e gostariam de perceber quem é, considerando mesmo que devem ser alertados para isso, pois querem que a candidatura seja aprovada, havendo também outras candidaturas pendentes.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- De novo no uso da palavra referiu que estavam pendentes de pareceres de entidades públicas e como devia compreender não se iria pronunciar sobre isso. Recordou que estava prevista a possibilidade de apresentar o assunto na Assembleia Municipal do mês de junho, mas como ainda não foram emitidos os pareceres é um problema que embora sendo do município transcende o mesmo. Sobre a necessidade de aprovação do projeto sugeriu que entregassem na Câmara Municipal o projeto de arquitetura para o mesmo ser analisado e que não colide com tudo o que está a decorrer.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Ainda sobre esta matéria recordou que ainda não há Plano de Pormenor aprovado e também sugeriu que apresentassem o projeto na Câmara, pois só assim se poderá perceber se há ou não conflito . Neste momento existe uma ausência de projeto para poder ser analisado, referindo também que houve e haverá sempre da parte de quem estiver no Executivo, o conforto de enquadrar os projetos de acordo

com os vários instrumentos de Ordenamento do Território existentes. Lembrou ainda, dado tratar-se de uma área protegida, que o projeto deverá ser apresentado ao Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Congratulou-se com a participação das pessoas e ainda sobre a empresa Wash Rio referiu que foi manifestada disponibilidade para a realização de uma reunião conjunta e referiu a sua total receptividade para que isso acontecesse. E gostaria de uma resposta da parte da Senhora Presidente para não serem acusados de não estarem do lado da solução e que não sirva de argumento os diferentes horários de cada um.-----

----- Sobre a questão dos investidores referiu que a Lei é muito clara e a Senhora Presidente da Câmara já o disse, ou seja têm de concretizar, para que se possam tomar decisões com base em algo concreto, considerando que isso deve ser feito o mais rapidamente possível.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- De novo no uso da palavra referiu que as Câmaras atualmente têm de ser, cada vez mais, entidades facilitadoras em todas as áreas inclusive de mediação e negociação e para o investimento.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram doze horas e cinquenta e cinco minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA:\_\_\_\_\_

A COORDENADORA TÉCNICA:\_\_\_\_\_